



DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 26 de junho de 2026.

Edição 4676 | Páginas: 06

9ª LEGISLATURA | 4ª SESSÃO LEGISLATIVA | 70º PERÍODO LEGISLATIVO

COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO

Ato da Presidência nº 009/2026

JORGE EVERTON
PRESIDENTE

DEP. DR. CLAUDIO CIRURGIÃO

DEP. ANGELA ÁGUIA

DEP. MARCELO CABRAL

DEP. RENATO SILVA

DEP. NETO LOUREIRO

DEP. JOILMA TEODORA

DEP. CATARINA GUERRA

DEP. DR. METON

DEP. CORONEL CHAGAS

DEP. GABRIEL PICAÑO

MESA DIRETORA

JORGE EVERTON
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

JORGE EVERTON
1º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2ª SECRETÁRIA

RÁRISON BARBOSA
3º SECRETÁRIO

MARCINHO BELOTA
4º SECRETÁRIO

ISAMAR JÚNIOR
OUVIDOR-GERAL

Dr. CLÁUDIO CIRURGIÃO
CORREGEDOR GERAL

JOILMA TEODORA
SECRETÁRIA ESPECIAL DA MULHER

Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

V - Comissão de Juventude, Cultura e Turismo:

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

VIII - Comissão de Tomada de Contas:

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

X - Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura e Política Rural:

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

XII - Comissão dos Povos Originários e Tradicionais:

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio e Serviços:

XV - Comissão de Defesa das Prerrogativas Parlamentares:

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e de Ação Social:

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

XX - Comissão de Ética Parlamentar:

XXI - Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

XXII - Comissão de Minas e Energia:

XXIII - Comissão de Relações Internacionais, de Ciência, Tecnologia e Inovação:

SUMÁRIO

Mesa Diretora

- Republicação do ato da Presidência nº 009/2026 02

Superintendência Legislativa

- Emendas à Constituição nº 106 e 107/2026 02

- Ata da Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle 03

MESA DIRETORA

REPUBLICAÇÃO

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 009/2026

Institui a Comissão Representativa da Assembleia, nos termos dos arts. 66 e 67 do Regimento Interno.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Representativa da Assembleia Legislativa, nos termos dos arts. 66 e 67 do Regimento Interno desta Casa de Leis, composta pelos seguintes Parlamentares:

I – Dep. Dr. Claudio Cirurgião;

II – Dep. Renato Silva;

III – Dep. Catarina Guerra;

IV – Dep. Coronel Chagas;

V – Dep. Angela Águida;

VI – Dep. Neto Loureiro;

VII – Dep. Marcelo Cabral;

VIII – Dep. Joilma Teodora;

IX – Dep. Dr. Meton;

X – Dep. Gabriel Picanço; e

XI – Dep. Jorge Everton.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 25 de junho de 2026.

Deputado Estadual JORGE EVERTON

Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 106, DE 31 DE MARÇO DE 2026.

Dá nova redação ao § 1º do artigo 101, da Constituição do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do § 3º do art. 39 da Constituição Estadual, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 101, da Constituição do Estado de Roraima, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101. [...]

[...]

§1º A Procuradoria-Geral do Estado tem por Chefe o Procurador-Geral do Estado, com prerrogativas de Secretário de Estado, nomeado pelo Governador dentre os membros integrantes da carreira, maiores de 30 (trinta) anos e já estáveis, ou dentre advogados maiores de 30 (trinta) anos de idade, de notável saber jurídico, reputação ilibada e com mais de 5 (cinco) anos de efetiva atividade profissional.

[...]"(NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 31 de março de 2025.

Deputado Estadual JORGE EVERTON

1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual RENATO SILVA

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

EMENDA À CONSTITUIÇÃO N. 107, DE 23 DE JUNHO DE 2026.

Altera o art. 77 da Constituição do Estado de Roraima e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do § 3º do art. 39 da Constituição Estadual, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Altera a redação das alíneas “a” e “b”, inciso X, do artigo 77 da Constituição do Estado de Roraima, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Email: docgeralale@gmail.com

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Administrativa, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira, até as 15h30, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete e de secretaria, bem como dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, assim como o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

“Art. 77. [...]

[...]

X -, processar e julgar originariamente;

a) nos crimes comuns, o Vice-Governador do Estado, os Secretários de Estado, os Juizes Estaduais, os membros do Ministério Público, os membros do Ministério Público de Contas e os Prefeitos Municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

b) nos crimes comuns, os Deputados Estaduais.

[...]” (NR)

Art. 2º Acrescenta o parágrafo único ao artigo 77 da Constituição Estadual de Roraima, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 77. [...]

Parágrafo único. Nas infrações penais comuns, a competência do Tribunal de Justiça, prevista no inciso X, alínea “a” e “b”, alcança a fase de investigação, cuja instauração dependerá, obrigatoriamente, de decisão fundamentada.” (NR)

[...]

Art. 3º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 23 de junho de 2026.

Deputado Estadual JORGE EVERTON

1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual RENATO SILVA

1º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputada Estadual AURELINA MEDEIROS

2ª Secretária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

ATAS

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE REALIZADA NO DIA 03 DE NOVEMBRO 2025.

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta e cinco minutos, na Sala de reunião da Mesa Diretora, reuniu-se a Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle sob a Presidência do Senhor Deputado Jorge Everton.

O senhor Presidente da comissão, Deputado Jorge Everton:

Solicito a secretária dessa comissão que proceda à verificação de quórum regimental. Havendo quórum regimental, invocando a proteção, Deus declara abertos os trabalhos dessa comissão. Solicito a secretária dessa comissão que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: Senhor presidente, tendo em vista que a Ata está disponível no nosso site para os deputados, e todos têm conhecimento, eu solicito a dispensa da leitura.

O senhor Presidente, Deputado Deputado Jorge Everton:

Acato a solicitação da deputada Aurelina Medeiros e coloco a ata em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Dou por aprovado a ata. Essa reunião tem por finalidade, ouvir a secretária-adjunta, da secretaria de Estado e Bem-Estar Social – SETRABES, a senhora Célia Mota, que está representando a secretária de estado Tânia Soares de Sousa, para que possa prestar esclarecimentos e dúvidas dos membros dessa comissão, acerca do orçamento do exercício 2025, bem como o orçamento de 2026 da referida secretaria. Hoje pela manhã, a secretária Tânia viria e me ligou para dizer que vai ter uma homenagem na Câmara de Vereadores, para receber uma comenda. Perguntou se teria possibilidade de ouvirmos a Célia ou remarcar para a próxima semana. Como o deputado Renato tinha me pedido, e eu acho que é importante que a gente antecipe isso, eu falei para ela que ouviríamos a Célia e os técnicos, e caso ainda haja alguma dúvida, na próxima semana poderíamos dar continuidade com ela. Pergunto se satisfaz o relator. Tranquilo. Então, nesse momento eu vou passar a palavra para o relator, deputado Renato Silva, para que ele possa trazer as indagações que originalmente fizeram com que ele mesmo solicitasse a presente reunião. Com a palavra o deputado Renato Silva.

O senhor Deputado Renato Silva: Célia, boa tarde. E a todos os técnicos da SETRABES. Convocamos esta reunião, mas foi mais um convite para que possamos debater o orçamento. Primeiro, que o orçamento que foi destinado para 2025, normalmente ele não é executado todo, sempre ele é remanejado para outras secretarias. Como foi agora que nós tivemos um remanejamento de 41 milhões, tirado do fortalecimento da política de segurança alimentar e nutricional, e mesmo vocês não usando o orçamento todo de 2025, vocês mandaram um orçamento para

2026 maior. Na verdade 54 milhões maior do que o de 2025. Eu queria primeiro entender isso. Se não gastou nem o que foi aprovado para 2025, por que aumentar para 2026, se não conseguiram nem usar o recurso todo que vocês transferiram para outras secretarias? Nós temos aqui, que foi 4 milhões para a SEED, depois 7 milhões e 800 para a SEED, depois 650 mil para a SEED, depois 13 milhões para o TCE, 8 milhões para a SESAU e 5 milhões para a SESAU. Somando todos esses remanejamentos dá 41 milhões e 290 mil. Esta é a primeira dúvida que eu queria tirar. Depois eu vou trazer outros fatos aqui. Boa tarde a todos. Eu sou o deputado Renato, deputada Aurelina, deputado Jorge Everton.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Eu sou Célia, servidora de carreira do governo de Roraima, assistente social e estou como secretária - adjunta da SETRABES. Aqui comigo estão o Laerte, gestor da UGAN, Adler Figueredo P. Filho, gestor de planejamento e Marcelo Bruno Lima da Costa, gestor do convênio da SETRABES. Trouxemos uma planilha, já respondo, tento esclarecer sua dúvida. A gente trouxe uma planilha com o orçamento de 2025 dividido por unidade orçamentária. Nós, da SETRABES, temos 5 unidades orçamentárias. A primeira unidade orçamentária, com o maior volume de recursos, é a SETRABES, que tem por numeração 101, a UO101 SETRABES. A segunda é a UO Orçamentária. Então, a segunda unidade orçamentária é chamada do FEAS, Fundo Estadual de Assistência Social. A terceira unidade orçamentária, 602, é sobre o Sistema Socioeducativo. Então, uma das unidades que vocês conhecem, o Centro Socioeducativo, tem a ver com o FECA, Fundo Estadual de Ajuda da Criança e Adolescente. A terceira unidade orçamentária é do Fundo da Pessoa com Deficiência. A seguinte é do Trabalho, Emprego e Renda. E a última, diz respeito ao Fundo da Pessoa Idosa. No que diz respeito à unidade orçamentária que tem o maior volume de recursos, que é da SETRABES, essa unidade orçamentária, ela contempla, ela agrega diversas políticas públicas, como a descrita pelo senhor, de segurança alimentar e nutricional. Nosso programa de transferência de renda, o maior programa social de transferência de renda do Estado de Roraima, o Sexta da Família, está nessa UO da SETRABES, onde ocorreram o maior número de cancelamentos e remanejamentos para outras secretarias. E, especificamente, da segurança alimentar. É público, inclusive, que aqui, nessa planilha, o terceiro quadro é exatamente a PAOE 2341, que é a política de segurança alimentar e nutricional. O maior volume de recursos, deputado, estava alocado para o programa Sexta da Família e a gente, como antecede o orçamento em 2024, nós descrevemos toda a nossa necessidade dos 12 meses de 2025 do programa Cesta da Família. Então, nas duas modalidades, seja cesta básica de alimentos ou cartão-alimentação, o orçamento era cerca de 120 milhões de reais para o ano de 2025 para até 50 mil beneficiários. E esses 50 mil beneficiários, acho que a gente encerrou o ano de 2024 para 2025, dezembro para janeiro, com 43 mil famílias beneficiadas. Por conta do término, da vigência de cada uma das famílias, que eram três anos, a diferença entre 50 mil famílias para se encerrar com 43 mil tinha a ver com o término mesmo da vigência do programa de cada família, ou mudança, ou falecimento, ou saída da família de forma espontânea. O que eu quero dizer com isso? Que em maio de 2025, a maioria das famílias do programa que ingressaram no programa em 2022, atingiram o limite de permanência no programa, que eram os três anos. Nós apresentamos a esta Casa Legislativa a possibilidade de reingresso e, felizmente, foi aprovado. Então, houve um hiato entre a saída da maioria das pessoas e a não utilização do orçamento, do recurso orçamentário e financeiro para esse programa. Então, a gente está, desde julho desse ano, recompondo, por meio de atualização cadastral, por meio de visitas domiciliares, por meio de parecer, o reingresso dessas famílias e de novas famílias ao programa.

O senhor Deputado Renato Silva: Eu queria entrar nisso aí, porque assim secretária, nós temos a lei 2205, de 9 de maio de 2025. O artigo 9 fala assim, a secretária do Trabalho e Bem-Estar Social encaminhará trimestralmente à Assembleia Legislativa um relatório contendo o número de famílias atendidas, os valores investidos, a distribuição por município e os critérios de reingresso ao Programa Cesta da Família. Essa lei que a senhora falou, para poder reingressar, que não podia antes, foi aprovada, aqui, na Assembleia, tinha este artigo e nunca foi entregue trimestralmente essas informações. Hoje a gente não tem acesso a isso, porque nós temos acesso só de valores, mas quantas famílias inscritas, inclusive eu tenho algumas matérias aqui, por exemplo, você estava atendendo 25 mil, é 50 mil no total, que pode ser em cesta ou no cartão, que é aquele valor de 200 reais. Só que, durante o ano todo, vocês mantiveram ali 12 mil pessoas no cartão e mantiveram 25 mil ali na cesta da família, que a gente não tem acesso à informação detalhada disso, só temos os valores e a gente foi muito...chegamos a ter que olhar

a nota fiscal para saber, porque a gente não tem informação de nada e a gente precisa desses dados. Até na próxima reunião, que a senhora possa nos trazer esses dados e apresentar isso. E outro ponto, nesse último mês, está se fazendo uma campanha de integrar as pessoas no cartão, ou seja, já colocou quase... você já quase dobrou o valor para fazer, que era para fazer o ano todo, você está fazendo novembro e dezembro. Correto? Inclusive, eu tenho as matérias aqui de jornal, que foi agora só no interior 8 mil e 988 famílias, para atender novembro e dezembro, porque isso não foi feito durante o ano todo. Está se fazendo agora no novembro e dezembro.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Então, eu vou retomar, eu compreendo a sua indagação, o seu questionamento, mas a gente precisa fazer essa retomada de contextualização histórica do programa, legislativa do programa, de regulamentação do programa, e o que a gente está vivendo agora. O ingresso das 50 mil famílias se deu em 2022. Então, o ingresso do total de 50 mil famílias se deu entre o ano, no final de 2021 e o decorrer do ano de 2022. Na legislação anterior, esses três anos, as famílias de todo o Estado permaneceram. Com a alteração da lei que só ocorreu em maio deste ano, em 2025, a possibilidade de reingresso começou a acontecer. Como é que a própria lei descreve.

O senhor Deputado Renato Silva: É 8 mil e 900, mas 1.900 para Normandia.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Na verdade, as 50 mil famílias.

O senhor Deputado Renato Silva: Eu trago essa preocupação, porque nós estamos entrando em um período eleitoral. Se o ano todo a gente não atender essas famílias... inclusive, o governador teve um problema de cassação aqui no TRE, exatamente por causa disso. Então, tem muita responsabilidade de como vai ser feito isso. Esse aumento agora inverso da eleição.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: A nossa preocupação é a mesma desta casa legislativa. A gente sempre, inclusive neste período, ela é a mesma preocupação. A gente atende, em especial, famílias em situação de vulnerabilidade. Esse reingresso, o reingresso são de famílias que atualizaram seus cadastros. A própria legislação diz como é que isso tem que ser feito. Só a partir de maio, quando da edição, 9 de maio de 2025, eu pude iniciar o ciclo que a lei permite. Qual é o ciclo? Visita domiciliar, para verificar em loco a situação da família, a atualização de cadastro, a emissão de um relatório por assistentes sociais e psicólogos, e a emissão do parecer de que essa família, com base na visita e na atualização cadastral, está no perfil. Com relação ao número de famílias que estavam ativas e perderam a sua condição por completar os 36 meses, a gente, e com a equipe de visitantes que nós temos, inclusive com o apoio da equipe de visitantes dessas cidades, a gente não conseguiu fazer isso de forma imediata. Então, utilizamos maio, junho e julho e começamos em agosto o reingresso dessas visitas. O processo de visitação, de atualização de cadastro das famílias que estavam ativas, volto a repetir, nós terminamos em dezembro, início de janeiro, 43 mil famílias das 50 mil. Então, elas não são novas famílias.

O senhor Deputado Renato Silva: Quantos eram as cestas e quantos os cartões?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Eu acho que a gente estava com, posso depois encaminhar para casa os números oficiais, mas nós tínhamos cerca de 15 mil famílias em cartão e 20 mil famílias, aproximadamente metade e metade das famílias de cartão e cesta básica. Era isso. Hoje, a gente ampliou o número de municípios para concessão de cesta básica, especialmente aqueles ali do sul do estado, com famílias que tinham dificuldade de acesso ao comércio, alguns comércios fechando a disponibilidade de compra. Então, a gente alterou. O maior número de beneficiários vão receber cesta básica, que são os municípios de Uiramutã, Normandia, Pacaraima, Caroebe, Baliza, São Luís e Rorainópolis. Serão municípios com modalidade integralmente com a modalidade de cesta básica de alimentos. Os demais municípios que a gente começou agora em outubro, nos dias 28, 29, 30 e 31 de outubro, a gente fez os municípios que são modalidades cartão-alimentação. O que eu afirmo e reafirmo é que são essas famílias que a lei permitiu que elas reingressassem. Então, a gente confirma que é uma continuidade de um público atendido ao longo desses anos e que permaneceram conforme esse fluxo aqui de visita técnica e de parecer, infelizmente, permanece na condição de normalidade econômica.

O senhor Deputado Renato Silva: Então, você está dizendo que essas famílias que estão entrando agora em novembro e dezembro, elas já estavam no programa? Não são famílias novas? Elas já estavam

no passado?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Sim, a maioria delas. Reafirmo, porque isso vai ser público, está sendo público, que existe uma demanda de busca ativa de famílias novas. Todos os dias, deputados, a gente recebe, por exemplo, famílias que ingressam pela Unacom. Unacom é o centro de acompanhamento de pessoas com câncer é encaminhado. Alguma associação que identifique, porque a gente não consegue ter pernas e braços em todos os lugares, as associações, as pessoas, as organizações da sociedade civil que tem maior capilaridade e tem acesso às famílias pobres, a gente ingressa, também, cotidianamente famílias pobres, por meio de novas famílias vulneráveis.

O senhor Deputado Renato Silva: Outra coisa também aqui, secretária. Nós temos aqui 25 mil cestas, hoje no programa, é correto? É R\$186,55 uma cesta. Na conta, daria R\$55.565.000. No orçamento que você mandou pra gente aqui, dá R\$86.600.000. É isso que eu não entendi. A senhora quer ver aqui ou a senhora tem o orçamento aí?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Na verdade eu quero só dizer qual é o número oficial de reingresso na modalidade hoje.

O senhor Deputado Renato Silva: Não, mas vamos falar do valor se é 25 mil famílias a R\$186, ia dar R\$55.000.000. E pra atender ano que vem as 25 mil famílias esse ia ser o custo, mas o custo que a senhora mandou aqui é de R\$86.600.000. Pode falar. Microfone, por favor.

Adler Figueiredo P. Filho, assessor de planejamento da SETRABES: Boa tarde a todos. Chamo-me Adler Figueiredo. Sou assessor de planejamento da SETRABES. Auxiliando e respondendo a pergunta do deputado. O que acontece? Nesse relatório que inclusive a gente entregou, pode dizer que ele é um relatório sintético. As informações são públicas mas elas são gerais. Nesse orçamento aqui não consta somente o gasto com cestas básicas. Existem também as diárias de locomoção da equipe para os municípios. Quando a gente vai olhar o espelho do orçamento, eu não posso simplesmente pegar só o valor de cestas que é de fato o custo mais grosso. Porque eu também tenho que considerar esses outros gastos. Diária, combustível, que estão dentro dessa PAUE.

O senhor Deputado Renato Silva: Mais 30 milhões?

Adler Figueiredo P. Filho, assessor de planejamento da SETRABES: Deputado, como eu lhe falei, a gente pode inclusive demonstrar depois.

O senhor Deputado Renato Silva: E nós temos aqui de diária detalhada de 110 mil para fazer o trabalho, vocês colocaram no orçamento. Estas colocando mais 36 milhões, 30 milhões tu tá me dizendo que vem a mais orçamento aqui da cesta da família.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Eu posso retomar, deputado? Só para falar das quantidades. Repito, o orçamento ele foi discriminado para a quantidade cheia de beneficiários durante o ano. Hoje, eu tenho na modalidade cesta básica de alimentos 17.595 famílias. Com a possibilidade de atingir até 30 mil famílias na modalidade cesta básica. Então, o meu orçamento quando eu discrimino na cesta básica é os 12 meses para essas 30 mil famílias. 30 mil famílias todo mês recebendo uma cesta básica de alimentos. E aí eu tenho na modalidade de cartão hoje 11.442 famílias. Podendo chegar a 20 mil famílias.

O senhor Deputado Renato Silva: Já ultrapassou isso aí.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Ainda não, deputado, porque são as mesmas famílias todos os meses. (inaudível) por exemplo, as 8 mil famílias que eu atendi nesses municípios, que fiz referência de cartão, elas vão ser as mesmas no pagamento de novembro. Elas serão as mesmas no pagamento de dezembro. Então, eu não somo mês a mês as famílias porque são as mesmas. Essas mesmas famílias podem ficar até 3 anos recebendo esse benefício. O que eu estou tentando esclarecer é que das 8 mil famílias, que eu entreguei cartão agora em outubro, eu posso atingir nessa modalidade a capacidade de atendimento do programa é até 20 mil famílias.

O senhor Deputado Renato Silva: Você já tem quase 12 mil inscritos no cartão. Você deu agora mais 8 mil e 900.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Eles estão dentro dos 12.

O senhor Deputado Renato Silva: Ah, eles estão dentro dos 12?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Estão dentro dos 12. Então... Desculpa, eu não tinha entendido a sua dúvida. Estão dentro dos 12.

O senhor Deputado Renato Silva: Porque, assim, se está entregando 25 mil cestas, tu não vai poder aumentar isso na eleição. É

isso que eu estou querendo te questionar. Tu não vais poder aumentar. A lei não permite tu aumentar no período eleitoral, correto? O que nós podemos fazer é uma continuidade do trabalho do programa social. Mas o orçamento não está vindo com a projeção desse ano. É isso que eu estou falando pra você. Está vindo muito a mais do que a gente vai usar esse ano pro ano que vem. É isso que eu estou querendo explicar pra você. Se você está calculando agora 30 mil cestas da família, tu não vai ter como aumentar pra 30 mil se tu está sendo 25. Tu não vais ter como aumentar mais 5 mil. Se tu mandou o orçamento de 30 mil.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Não, eu entendi a sua resposta. O que nós estamos trabalhando é pra continuar. A gente está por exemplo, quando eu lhe disse anteriormente 8 mil e tantos que eu entreguei, eu já tenho com esse processo de atualização de visita e prestes a reingressar no programa, essa diferença de 4 mil famílias, entende? Que está dando 12.

A superintendente de planejamento e orçamento da Assembleia Legislativa de Roraima, senhora Emilly Matos do Nascimento: A dúvida é em relação à distribuição por natureza de despesa. Então assim, a natureza de despesas estão distribuídas aqui nas diárias, material de consumo, no 32, que são os valores alocados pra cesta. Inclusive tem o restaurante popular, que é os dois do 39, com fontes diferentes, que somam e totalizam 17 milhões, que é para o restaurante popular. E no 48, que é para o cartão. A distribuição, como ela está aqui, tem 86 pra cesta, 86 milhões, 48 milhões para o cartão. Com a informação da secretária, essa conta, ela é um pouco que não bate com o que está na distribuição, que foi encaminhada, na proposta orçamentária. E assim, se a gente fizer uma conta do cartão, 25 mil a 200, dá 5 milhões mensal, com 60 anuais. E da cesta, 25 mil a 186, dá um total de 55. No total, fazendo essa soma, ela seria 115 milhões 965mil. Quando a senhora explica que vai haver uma alteração, na verdade, mais pessoas vão receber através de cestas, sai de 25 pra 30, então diminui a quantidade de pessoas atendidas pelo cartão, e, lógico, diminui o valor também. Então, assim, essa distribuição que foi encaminhada, somando essas duas naturezas, só o cartão e a cesta, elas totalizam 134. Com a distribuição que nós fizemos aqui, de 25 cartões e 25 cestas, a gente chega numa soma aqui de uma diferença de 18 milhões 635mil, a maior na distribuição encaminhada na proposta pelo SETRABES.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Bom, eu teria, não sei se um dos meninos é capaz de escrever essa conta, tem que a gente vá e informe oficialmente a dúvida, né? Mas, a legislação trouxe uma coisa que pode explicar parte dessa diferença. A partir do ano que vem, o valor em cartão-alimentação, a gente tem que corrigir conforme o índice do IPCA.

Desde 2020, quando foi criado o programa, em abril de 2020, o valor é de 200 reais e reajustado, sempre esse valor. A legislação de 9 de maio deste ano acresceu essa correção anual. Somente para o cartão. Aí, veja, te afirmar com todas as letras, por exemplo, a Cléris, junto com a Adler, a gente faz esse conjunto. A Cléris também está em viagem, até no Fundo Nacional, junto com a Isadora, para essas questões. Afirmar-te se isso também corresponde a esse acréscimo, eu não tenho. Eu tenho que informar para você depois. Mas, é certo dizer que o nosso planejamento dá conta de 20 mil cartões e 30 mil cestas. Vou corrigir, vou me corrigir. Com a possibilidade de 20 mil famílias beneficiadas com cesta básica de alimentos e 30 mil famílias com a possibilidade de serem beneficiadas com cesta básica. Então, o que nós pretendemos, sabendo que vem o ano eleitoral, que nos veda de muitas possibilidades. Primeiro, garantir que essas famílias, que a legislação que vocês aprovaram, sejam reingressadas por conta da sua vulnerabilidade. Ainda este ano, a gente está numa força tarefa de visita, de atualização com assistentes sociais, psicólogos e visitantes nessas localidades. E pessoas que a gente ainda não atingiu, que estão em situação de vulnerabilidade, sejam ingressadas ainda este ano. Para que a gente atinja o limite que o programa permita. Que é até 50 mil famílias. Mas a gente, eu acredito que o IPCA é uma justificativa, mas aqui eu me peço para que a gente depois oficialmente me traga essas dúvidas, tá?

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: Eu queria, antes da sua explicação, que eu acho que até complementa. Quando você começou a explanação que foi colocado aqui, que teve um superavit, que inclusive possibilitou o remanejamento da SETRABES para outras secretarias. Você colocou também que naquele período, que eu lembro bem, que ficou um período com várias pessoas que completaram os 36 meses e saíram. Por volta de 3 meses, essas pessoas ficaram sem receber cesta. As que estavam fora. Ficaram sem receber, né? Então, pode ser. Não sei quantas pessoas ficaram sem receber. Mas pode justificar em parte o saldo. Mas eu queria perguntar hoje. Quantas cestas, de fato, tem hoje? E quantos cartões?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: São na modalidade cesta básica de alimento. Com cadastros aprovados e no perfil para 17.595 famílias beneficiadas com cesta básica. 11.442 famílias com cesta básica. Esse é o cenário de novembro 17.595.

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: Aproveitando esse raciocínio, vocês colocaram aqui também nessa discriminação valores. Atual, isso é até outubro? Ou está incluído até o final do ano?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Esse está até o final do ano.

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: É o de hoje. Mas falta pagar cesta, novembro e dezembro. Não está aqui e qual é a perspectiva que vocês colocaram no orçamento? No orçamento, vendo essa perspectiva além do reajuste que eu lembro que a gente aprovou, qual a perspectiva que foi lançada no orçamento? Quantas cestas e quantos cartões para o próximo ano?

Adler Figueiredo P. Filho, assessor de planejamento da SETRABES: Bom, estou aqui com a memória de cálculo, desculpa, só para complementar aqui a pergunta da deputada. O que acontece, a previsão quando a gente montou, inclusive com esses valores, era pensando nos 50 mil beneficiários, sendo 35 mil de cestas.

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: A tua previsão para esse orçamento é 35 mil cestas, para 2026.

Adler Figueiredo P. Filho, assessor de planejamento da SETRABES: 35 mil cestas, que totaliza, a 200 reais, 84 milhões. 30 mil cestas. É porque, na verdade, hoje é 200 reais a cesta, mas 200 reais foi considerado na base de cálculo, considerando o reajuste, que a secretária falou, o reajuste do cartão.

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: Eu quero saber agora, viu, para você fazer uma estimativa melhor, Renatoinho.

Adler Figueiredo P. Filho, assessor de planejamento da SETRABES: E a gente também previu o aumento no caso de pessoas.

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: É uma previsão, porque 35 mil cestas e quantos cartões?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: 30 mil cestas abre 20 mil cartões, não é que a gente esteja aumentando.

O senhor Deputado Renato Silva: Olha, secretária, para você fazer o ano que vem, não tem que ser baseado em 2022, 2023. Então, não adianta você me falar os dados aqui de 2021, 2022. Porque para você usar um programa continuado, é o que você usou no ano anterior.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: O programa continuado, ele tem a possibilidade de atender até 50 mil famílias.

A senhora Deputada Aurelina Medeiros: Então, vocês estão votando para o ano que vem, baseado em 50 mil, 35 mil cestas e 15 mil cartões. Então, vocês fizeram o orçamento para 2026, baseado nisso nos 50 mil. Era só isso que eu queria perguntar.

O senhor Deputado Renato Silva: Então, assim, é porque, secretária, se você está entregando hoje 17 mil cestas, se você está entregando hoje 17 mil cestas, a senhora não pode fazer um orçamento que vai entregar 35 mil cestas ano que vem, o ano de eleição. Então, não adianta a senhora botar o orçamento, a senhora não vai executar isso. Então, assim, mas resumindo...

O senhor presidente da comissão, deputado Jorge Everton: Eu entendi o raciocínio do deputado Renato. A SETRABES está colocando o valor máximo que o contrato pode oferecer de 50 mil, sendo que atualmente não entrega os 50 mil.

O senhor Deputado Renato Silva: Então, ele não vai usar esse dinheiro para isso.

O senhor presidente da comissão, deputado Jorge Everton: Esse dinheiro está sendo alocado como se fosse usar na integralidade os 50 mil.

O senhor Deputado Renato Silva: Entendi. Certo. Como eles não estão usando hoje, eles tinham que usar isso desde o início do ano. Entendeu? Então, eles não tem como colocar o orçamento. Baseado que em 2024 tinha 50 mil, tinha 40 mil. Em 2023 tinha... É o atual, exatamente. Ela tem que usar baseado que foi usado em 2025. Se hoje ela tem 17 mil cestas, não tem como ela mandar o orçamento de 35 mil, que ela não vai poder entregar 35 mil. Secretária, eu vou até dar um tempo para a gente marcar uma nova reunião, só para trazer todas as informações mais concretas, para a gente não ficar debatendo aqui.

O senhor presidente da comissão, deputado Jorge Everton: Então, eu quero sugerir que você encaminhe todos os questionamentos. E aí, a gente já marcaria a data agora? Ou quando chegar a resposta? Você quer primeiro que ela responda?

O senhor Deputado Renato Silva: Não, eu quero a resposta, que ela venha pessoalmente. Porque, assim, tinha que fazer junto com a resposta o esclarecimento é melhor. Essa apresentação trimestral, bora fazer ela agora. Do ano todo. Que não foi feito, de acordo com a lei. Porque é o seguinte. O que acontece todos os anos na SETRABES é que vem um orçamento sempre maior do que o ano anterior, mas sempre é feito remanejamento para outras secretarias. Sempre vem essa especulação de valores a mais, mas no final das contas, toda vez é remanejado 50 milhões, 60 milhões para outras secretarias. Isso virou rotina todo ano. Então, nós temos que enxugar, saber o que a SETRABES vai usar realmente para a SETRABES. O que tem que mandar para a educação? A gente já botou um orçamento agora. Então, a gente tem que enxugar isso aqui e trazer a realidade. Não vamos trabalhar com coisas que não tem como fazer. Por exemplo, se a gente vai fazer um programa hoje, se a senhora entrega 15 mil cartões hoje, se a senhora está entregando 17 mil cestas hoje, a senhora manda um orçamento para isso, que é o que a senhora vai poder usar. Não adianta mandar um orçamento maior, porque a senhora não vai usar. Vai fazer o que foi feito agora, 41 milhões remanejados para outras secretarias. Então, a gente tem que saber o que a SETRABES precisa e mandar cheio o que ela precisa. Entendeu? Que não atrapalhe a execução do programa. Que não atrapalhe a execução da SETRABES. E se a saúde ou a educação precisa que aumente. A gente já manda direto para a educação. Não precisa mandar para a SETRABES, para depois ter que remanejar isso.

O senhor presidente da comissão, deputado Jorge Everton: Perfeito. Secretária, segunda-feira às 15 horas. Certo. Podemos deixar agendado?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Pode deixar agendado.

O senhor presidente da comissão, deputado Jorge Everton: Além dos questionamentos que o deputado Renato vai fazer, vai enviar, seria importante já marcar essa data como uma prestação de conta e a gente passar a fazer isso trimestralmente. Está ok?

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Só para esclarecer e aproveitar a oportunidade, principalmente com o deputado Renato, que pleiteou isso, nós já fizemos uma reunião. Primeira reunião com a comissão, em que a Assembleia, os membros da Assembleia fazem parte, inclusive o deputado Marcinho Belota esteve na primeira reunião. Nós agendamos uma reunião na semana passada, que foi pedido a mudança e vai ficar para o dia 14, segunda reunião da comissão, com a presença de membros da Assembleia Legislativa. Que antes disso ocorrer, que a gente editou essa comissão, nós fazemos reuniões internas mesmo. A comissão é com várias pessoas da SETRABES, eu, a secretária Tânia, a secretaria Isadora e outros membros. Nós fazemos reuniões mensais. E o relatório também estava pronto para ser entregue nessa reunião. Mas a gente pode encaminhar ou apresentar no dia 10 já aqui, o relatório trimestral. Excepcionalmente, o relatório tem informações durante o ano inteiro, porque a gente não mandou antes. Então, nessa reunião que a gente vai vir e explicar por que a gente lutou com o orçamento do ano passado, para que a gente disponibilizasse recursos para o conjunto das possibilidades do programa. Ou seja, eu posso atender até 50 mil famílias e por isso que a gente previu isso. A gente sabe que ocorreu a mudança no tempo. Se estendeu mais do que a gente imaginava, porque a possibilidade de inclusão de novas famílias. Sobre por que a gente manteve o orçamento desse ano, mesmo tendo esse ato, nós esperávamos que esse tempo entre saída de famílias e reingresso de famílias, fosse menor do que efetivamente foi. Por isso que a gente manteve o orçamento.

O senhor Deputado Renato Silva: Mas vamos tratar desse plano aqui. Vamos trazer um orçamento enxuto. Apresenta essa proposta de vocês, um orçamento enxuto, de acordo com a realidade. Para darmos uma reunião, a gente não tem que perder tempo para outra reunião. A gente faz um orçamento enxuto, da Secretaria. O que realmente vai lá é poder usar nos problemas ano que vem e a gente colocar o valor necessário que precisa.

A secretária - adjunta da secretaria de estado e bem-estar social, senhora Célia Mota de Carvalho: Esta proposta está enxuta, porque a gente focou só na cesta da família. E tentar esclarecer por que a gente mantém o orçamento para 50 mil famílias, mesmo no cenário atual que nós estamos nesse número.

O senhor presidente da comissão, deputado Jorge Everton: Obrigado. Deputado, quero agradecer a presença de todos e já deixar marcada a reunião. Não precisa mandar ofício. Estendo o convite à Secretária Tânia para que ela possa vir e toda a equipe técnica. Obrigado. E nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Deputado estadual Jorge Everton

Presidente da comissão de orçamento, fiscalização financeira, tributação e controle

